

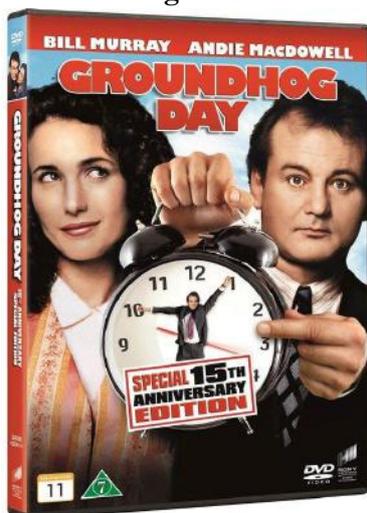
# IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DA ÁREA 21 SOBRE OS PERIÓDICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA: RUPTURAS, CONTINUIDADES E DESAFIOS<sup>1</sup>

*Alex Branco Fraga*  
*Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano*  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCMH/UFRGS)*

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite feito pelo Professor Silvio Telles em nome do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Agradeço ao professor Tadeu João Ribeiro Baptista, Diretor Científico do CBCE, e à comissão organizadora pela confiança em mim depositada e pela oportunidade de compartilhar essa mesa com os colegas editores Giovani de Lorenzi Pires e Alexandre Fernandes Vaz. Cumprimento, de modo especial, a presidenta do CBCE, Professora Gislene Amaral, e aproveito para desejar muito sucesso na gestão da entidade científica mais relevante da área da Educação Física no Brasil.

Antes de entrar diretamente no tema, gostaria de fazer uma menção a um filme de 1993 que inspirou a organização dessa fala: *Groundhog Day*, título original em inglês, que em uma tradução livre para o português seria “Dia da Marmota”, mas que no Brasil foi lançado com o título “Feitiço do tempo”.

Figura 1



Fonte: Amazon Prime Video

---

<sup>1</sup> A escrita que segue foi produzida a partir da transcrição da fala proferida via videoconferência. Como não havia preparado um texto a ser lido, e sim slides para uma apresentação oral, considerei pertinente proceder ajustes para adequar a linguagem falada ao formato capítulo de livro. Evidentemente, mantive-me o mais fiel possível à fala, mas em nome da coesão textual, inseri explicações adicionais, repositonei alguns parágrafos, incorporei citações e cortei alguns trechos redundantes. Enfim, procurei tornar legível o que originalmente foi concebido para ser apenas audível.

Dirigido por Harold Ramis e estrelado por Bill Murray e Andie MacDowell, o filme tem como pano de fundo a pequena cidade de Punxsutawney, no estado da Pensilvânia, Estados Unidos da América. O enredo gira em torno do repórter de meteorologia Phil Connor, interpretado por Murray, que é escalado, a contragosto, para cobrir o tradicional evento do "Dia da Marmota", que ocorre desde 1887 sempre no dia 2 de fevereiro. Nesta data, a marmota, que também se chama Phil, sai da sua toca depois de um longo período de hibernação para “prever” a duração do inverno. Conforme a tradição, caso Phil (a marmota), volte para a toca depois de ver sua própria sombra, significa que o inverno vai durar mais seis semanas no norte dos Estados Unidos e no Canadá, caso contrário, é sinal de que a primavera se avizinha, para delírio dos milhares de americanos que acompanham o evento.

No início do filme, vemos Phil (o repórter) agindo de forma arrogante com seus colegas de trabalho e contando as horas para voltar, no dia seguinte, para sua rotina de previsão meteorológica em estúdio. Entretanto, por ironia do destino, o dia seguinte não chega. Phil acorda em um quarto de hotel na mesma hora do dia anterior, às 6h, despertado pelo rádio relógio rodando a mesma música: *I Got You Babe*, da cantora Cher. Ele se levanta e passa a reviver os mesmos acontecimentos, e exatamente na mesma ordem, que havia vivido no dia que presumivelmente seria o anterior.

Cai a noite e Phil, o repórter, volta para o mesmo quarto de hotel, dorme e, mais uma vez, é acordado às 6h com o rádio relógio rodando *I Got You Babe*. Ao longo do dia, as mesmas cenas se repetem, nos mesmos horários e com os mesmos personagens. Aos poucos, ele começa a se dar conta de que está preso naquele dia dedicado ao Phil, a marmota, sem saber o que fazer para escapar de um tempo que não andava nem desandava. E assim segue o filme, com Phil, o repórter, tentando desesperadamente alterar o rumo daquela reprise e, então, quebrar o feitiço do tempo.

Esse filme me pareceu a metáfora perfeita para estruturar a fala em um evento dedicado a tratar, mais uma vez, dos impactos da avaliação da área 21 sobre os periódicos de Educação Física brasileiros. Assim como Phil, o repórter, parece que estamos presos à eterna discussão da inadequação do Qualis Periódico para avaliação da produção da área como um todo, uma discussão que não anda nem desanda, que retorna sempre ao mesmo ponto. E, na minha perspectiva, daí não saímos, porque a área 21, em sua maioria, insiste em adotar métricas que não comportam a complexidade do objeto de avaliação e que, não por acaso, desvalorizam os periódicos brasileiros que veiculam, majoritariamente, a produção proveniente das subáreas sociocultural e pedagógica.

No dia em que tive acesso aos critérios que levaram à formulação do novo-velho Qualis, especialmente ao me deparar com o ranqueamento da Movimento no estrato B1, a sensação foi a de ter voltado no tempo. Senti-me tal como o repórter Phil: prisioneiro de uma reprise. E como temos sido obrigados a retornar ao mesmo ponto, por insistência da Capes em apostar num sistema de avaliação que não mede o que precisa ser medido, julguei pertinente revisitar novos-velhos argumentos em materiais já publicados ou falas já proferidas em eventos anteriores.

O primeiro material que gostaria de retomar aqui é o artigo que escrevi em coautoria com o colega Vicente Molina Neto e a colega Ivone Job, intitulado “Invisibilidades no contexto científico da educação física brasileira nas bases de dados”, publicado em 2008 na revista portuguesa Cadernos BAD (JOB; MOLINA NETO; FRAGA, 2008). Nesse artigo, escrito dois anos antes de a Movimento ingressar no Journal Citation Report (JCR), da *Web of Science* (WoS), endereçamos nossa crítica à centralidade dos indicadores bibliométricos internacionais, que privilegiavam (e cada vez mais privilegiam) revistas científicas de matriz biomédica:

O JCR foi adotado pelo Qualis CAPES da área de EF como parâmetro central na definição do padrão internacional das revistas científicas; e a classificação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na área está fortemente baseada na publicação em revistas científicas internacionais. Tal adoção gera um desequilíbrio epistemológico na área de conhecimento EF, no desenvolvimento dos projetos de pesquisas e na avaliação dos pesquisadores brasileiros, pois o volume de revistas científicas de matriz biomédica que constam no JCR é muito maior do que as de matriz sociocultural. Nesse caso, os indexadores em vez de se constituírem em instrumentos efetivos de avaliação da produção científica nacional vão se constituir em instrumentos de manutenção do establishment acadêmico e do colonialismo epistemológico, fatos que conspiram contra princípios fundamentais da ciência: a busca do novo, do incerto e do inusitado. (JOB; MOLINA NETO; FRAGA, 2008, p. 16).

Neste texto, deixamos clara nossa inconformidade com uma classificação pautada em indicadores que favoreciam a subárea biodinâmica, pois até aquele momento nenhuma revista brasileira era avaliada pelo JCR da WoS.

As revistas nacionais em EF têm, portanto, a seguinte representação nos serviços mais significativos na área da saúde: cinco revistas indexadas na base LILACS, nove no Portal de Periódicos da CAPES, 14 na Sportdiscus, um título indexado na SCIELO e nenhum nas bases Web of Science, ISI, JCR e MEDLINE. (JOB; MOLINA NETO; FRAGA, 2008, p. 19).

A centralidade dessas bases internacionais na avaliação levou à subclassificação de revistas brasileiras nos estratos Qualis, que à época eram divididos em A, B e C nacional e

internacional. A única revista a constar na coleção Scielo era a Revista Brasileira de Medicina do Esporte, que apesar de favorecer a veiculação da produção da subárea biodinâmica da Educação Física, é uma revista da área da medicina.

Encerramos aquele texto, escrito 15 anos atrás, apontando que

A dificuldade de avaliação das revistas científicas e de seus instrumentos não é só da área da EF, mas constitui-se num desafio para a avaliação científica no Brasil, em especial para os pesquisadores brasileiros e também para as agências de fomento. O enfrentamento dessa questão consiste em estimular a cultura acadêmica de desapego à enorme influência do produtor monopolista de dados de citações que é o ISI [hoje Clarivate Analytics]. Talvez necessitemos, tal como na geopolítica, de rupturas com o colonialismo e as fronteiras disciplinares. (JOB; MOLINA NETO; FRAGA, 2008, p. 24-25).

Seis anos mais tarde, depois de algumas revistas brasileiras terem sido indexadas em bases de dados apontadas como referência pela Capes, e o Qualis ter sido repaginado, escrevi em coautoria com Peter Donnelly e Angela Aisenstein o artigo intitulado “Por uma sociologia pública do esporte nas Américas: um chamado editorial em prol de uma educação física socialmente relevante”, publicado em 2014, em um número especial da Movimento dedicado aos 20 anos de lançamento da revista (DONNELLY; FRAGA; AISENSTEIN, 2014). Em uma das seções do referido artigo, apesar de termos galgado a condição de única revista brasileira de Educação Física com aferição de fator de impacto, também criticamos os efeitos colaterais da política de avaliação centrada no JCR da WoS no cenário acadêmico nacional.

Se por um lado esta política contribuiu para que o país alcançasse a 13ª posição no ranking dos países produtores de ciência com base na aferição da WoS, e indiretamente a indexação de várias revistas em bases de dados internacionais (PACKER, 2014, BIANCHETTI; VALLE, 2014), por outro gerou problemas de toda a ordem na organização do sistema de pós-graduação (KUNZNER; MORAES, 2005, MANOEL; CARVALHO, 2011, SILVA; SACCARDO; SOUZA, 2014), no processo de trabalho dos pesquisadores (MANCIBO, 2013), na conduta ético-investigativa (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007), na formação de alunos na graduação (ALCADIPANI, 2011), no sistema de comunicação da ciência (DOMINGUES, 2014), na saúde dos pesquisadores (DE MEIS, 2003, BERNARDO, 2014) e na gestão dos periódicos das mais diversas áreas de conhecimento (REGO, 2014). (DONNELLY; FRAGA; AISENSTEIN, 2014, p.14).

Além dos efeitos colaterais do produtivismo acadêmico, destacamos o fato de que mesmo tendo havido muitos avanços nos processos editoriais, e a conseqüente ampliação

do número de revistas brasileiras com escopo voltado para as humanidades indexadas em bases de dados internacionais, o “sarrafo”<sup>2</sup> seguiu subindo:

As poucas revistas voltadas para as ciências humanas e sociais que conseguiram “passar de fase” neste intrincado jogo da internacionalização dos periódicos, depararam-se com uma frente de batalha ainda mais dura: aumentar o fator de impacto da produção veiculada tendo como referência, predominantemente, o JCR (WoS) e o SJR (Scopus). Conforme Packer (2014), além de os mecanismos das bases de dados internacionais favorecerem os veículos de divulgação dos países desenvolvidos, é limitada a cobertura de periódicos de ciências humanas e sociais nestas bases, em especial o WoS, o que leva a uma taxa de citação dos artigos bem mais baixa em relação ao conjunto das áreas. (DONNELLY; FRAGA; AISENSTEIN, 2014, p. 14).

De certo modo, a adoção de métricas desenvolvidas por empresas privadas para indução acelerada da internacionalização da produção de pesquisadores brasileiros, apesar de ter gerado maior interação entre pesquisadores dentro e fora do país, paulatinamente foi deturpando a nossa noção de produção internacional, o que também contribuiu para ampliação do fosso entre a subárea biodinâmica e as subáreas sociocultural e pedagógica.

Em 2018, por ocasião do 8º Fórum de Pós-Graduação do CBCE e 5º Fórum de Pesquisadores das Subáreas Sociocultural e Pedagógica da Educação Física, realizado em Porto Alegre, abordei o tema da internacionalização dos programas de pós-graduação (PPG) na mesa intitulada “Questões de avaliação na área 21 da CAPES”. Como recém havia retornado de um período como professor visitante na Faculty of Kinesiology and Physical Education (FKPE), University of Toronto (UofT), Canadá, compartilhei com os colegas brasileiros a apresentação que fiz em 2017 em um seminário obrigatório do Programa de Pós-Graduação daquela faculdade<sup>3</sup>. Para aquele seminário, procurei apresentar aos colegas canadenses um pouco da cultura de pesquisa no Brasil e da nossa formação em nível *stricto sensu*, a partir da minha experiência como orientador e editor de revista. Para tanto, vali-me dos dados disponíveis no documento “Critérios de classificação Qualis área 21-Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional” (RODACKI *et al.*, 2015), ainda vigente à época, e de alguns artigos sobre avaliação da pós-graduação brasileira. Dediquei boa parte da apresentação a explicações sobre como o sistema de avaliação brasileiro funcionava, e os

---

<sup>2</sup> Metáfora esportiva adotada por Hugo Lovisolo (2007, p. 31) para criticar a desconexão entre os critérios adotados à época pelo Qualis Capes e as demandas de formação em Educação Física: “[...] se não tentarmos subir o sarrafo de modo prudente podemos acabar machucando os atletas e, de rebote, o próprio esporte.”

<sup>3</sup> O Exercise Graduate Seminar é um seminário permanente do The Graduate Department of Kinesiology (FKPE/UofT). Minha participação foi em 4 de dezembro de 2017 e o título da fala foi “Physical Education and Public Health: a perspective on the research culture in Brazil”. Disponível em: EXS Graduate Seminar: Physical Education and Public Health: a perspective on the research culture in Brazil. Acesso em: 02 abr. 2023.

motivos pelos quais havia uma acentuada valorização da publicação em larga escala em periódicos internacionais de língua inglesa.

Resgatar minha fala no Seminário na UofT, em 2017, para apresentar no Fórum de Porto Alegre, em 2018, teve por objetivo destacar as impressões de quem é de fora sobre nosso peculiar processo de internacionalização. Pois, não era incomum encontrar por aqui, especialmente entre os defensores dos critérios de avaliação adotados pelo Qualis, quaisquer que sejam eles, o seguinte argumento de autoridade: “mas lá fora é assim...”. E como o mote da minha fala nessa mesa é a história do Phill, o repórter do filme *Groundhog Day*, nada mais conveniente do que reprisar, mais uma vez, os argumentos que lá expus em retrospectiva.

Das perguntas endereçadas a mim pelos colegas da FKPE/UofT naquele seminário em 2017, pude destacar três “estranhamentos” principais em relação ao modo como avaliamos a produção no Brasil. O primeiro estranhamento era quanto à classificação dos programas em notas de 1 a 7. Procurei mostrar, com base nos textos disponíveis à época, que a nota era composta, basicamente, por cinco itens: (1) proposta do programa; (2) corpo docente; (3) corpo discente, teses e dissertações; (4) produção intelectual; (5) inserção social. Cada item possuía critérios de avaliação específicos, bem como pesos diferentes, que resultavam na composição final da nota geral de um determinado PPG. Ressaltei que, apesar de haver um considerável e sofisticado conjunto de critérios de avaliação, preponderava o item produção intelectual, especialmente publicação de artigos em revistas com fator de impacto.

Para dar aos colegas canadenses uma ideia da importância desse ranking para os PPG no Brasil, mostrei um slide com a foto da fachada do prédio do PPG em Ciências da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), originalmente postada no Twitter daquela instituição, na qual um número 7 aparecia com grande destaque.

Figura 2



**Fonte:** Departamento de Ciência da Computação, UFMG. Disponível em: [https://twitter.com/dcc\\_ufmg/status/933037243824005120](https://twitter.com/dcc_ufmg/status/933037243824005120). Acesso em: 30 nov. 2017.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais. Nova oportunidade para aqueles que queiram ingressar no programa de Mestrado 2018/1. As inscrições serão reabertas entre os dias 22 e 23 de novembro. Confira o edital disponível em <https://goo.gl/6g9iwb>. Belo Horizonte, 21, novembro. 2017.

Disse, em tom de brincadeira: "quando vocês estiverem visitando alguma universidade brasileira, e encontrarem um número 7 em destaque, saibam que ali há um PPG com a nota máxima no ranking da CAPES".

O segundo estranhamento era relativo à forma como atribuíamos (e ainda atribuímos) valor à produção científica. Apresentei a eles o Qualis Capes e os extratos de classificação das revistas de acordo com os escores obtidos, predominantemente, no JCR WoS ou SJR Scopus, pertencentes a duas empresas privadas, respectivamente, Clarivate Analytics e Elsevier. Expliquei a divisão dos extratos em A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, conforme era à época, enfatizando que a publicação de um artigo em revista ali ranqueada gerava uma pontuação específica para o autor docente ou discente vinculado à PPG: 100 pontos em revista classificada como A1; 80 pontos em revista classificada como A2; 60 pontos em revista B1 e assim sucessivamente. De forma sucinta, comparei esse sistema de pontuação a um programa de milhagem, no caso, milhagem acadêmica, o que facilitou a compreensão da explicação em si, mas não do nosso intrigante sistema de avaliação da pós-graduação.

Naquela época, o critério de classificação de revistas da área 21 procurava equalizar as diferenças de escopo entre as subáreas levando em consideração as divisões do JCR da WoS. De um lado, a *Science Citation Index Expanded* (SCIE), na qual predominam as revistas das Ciências da Natureza e da Saúde; de outro, a *Social Science Citation Index* (SSCI), que abrigam periódicos das Ciências Sociais e Humanidades. O reconhecimento da SSCI, e consequentemente das diferenças epistemológicas, permitiu que na vigência destes critérios a Movimento passasse a constar no estrato A2. Dada a complexidade do nosso sistema de “milhagem acadêmica”, e o tempo que dispunha, evitei detalhar para os colegas canadenses o critério de aderência às subáreas da área 21 e, consequentemente, a forma de aplicação da glosa. Preferi apresentar um pequeno recorte da lista de revistas ranqueadas no estrato A1, o que acabava induzindo, mesmo com recomendações em contrário do pessoal da CAPES, as escolhas dos veículos para submissão da nossa produção.

Para os colegas presentes naquele seminário na FKPE/UofT, não fazia sentido buscar publicação fora do rol, que é sempre muito restrito, de revistas prestigiadas pelo nicho de conhecimento específico no qual o pesquisador atua. Dado o elenco de revistas no estrato A1 e A2, associada à lógica da milhagem acadêmica, não foi difícil para eles perceberem o desfavorecimento das revistas com escopo voltado às subáreas sociocultural e pedagógica da Educação Física dentro da área 21, pois havia apenas uma lá listada, algo que se tornou ainda

---

Twitter: @dcc\_ufmg. Disponível em: [https://twitter.com/dcc\\_ufmg/status/933037243824005120](https://twitter.com/dcc_ufmg/status/933037243824005120). Acesso em: 30 nov. 2017.

mais discrepante na versão do Qualis único que estava sendo gestada, com a consequente queda da Movimento para o estrato B1.

O terceiro estranhamento também estava relacionado à produção intelectual, mais especificamente ao incentivo/penalização à publicação em coautoria entre orientadores e estudantes de mestrado/doutorado. Para os colegas canadenses, essa lógica não fazia sentido pelo fato de que nem sempre o orientador está interessado em assinar um artigo fruto da dissertação ou tese de um orientando, pois um relatório de conclusão de pesquisa em nível de mestrado ou doutorado pode ter atendido as exigências mínimas para aprovação, mas não necessariamente é relevante para ser submetido a revistas de prestígio dentro da área de atuação daquele orientador. O mais curioso é que esse estranhamento específico partiu de um colega da biodinâmica, área na qual há mais tradição desse tipo de coautoria, em conversa reservada logo após a minha exposição naquele seminário.

De um modo geral, dá para afirmar que o cerne do estranhamento dos colegas canadenses estava no fato de privilegiarmos o acúmulo de “milhagem acadêmica” e não aquilo que é a razão de existência de revistas científicas: relatar a trajetória de uma investigação para comunicar achados à comunidade de pesquisadores interessada no desenvolvimento de um ramo específico da ciência. Em suma, a experiência de compartilhar essas informações com os colegas canadenses me levou a perceber que o conceito de avaliação e, principalmente, de internacionalização da produção, não é tão universal quanto os intermináveis debates que travamos aqui com os representantes da CAPES nos fazem supor.

Em 2019, por iniciativa de um grupo de editores de revistas brasileiras, entre eles o colega Giovani Pires de Lorenzi, que compõe esta mesa, foi realizado em Porto Alegre o Fórum Nacional de Editores das Revistas Científicas da Educação Física, evento alusivo aos 25 anos de existência da revista Movimento. Em dois momentos voltamos a discutir a questão dos impactos da avaliação na produção/divulgação científica em nossa área. O primeiro foi na mesa intitulada “Critérios de avaliação, métricas de análise e impacto nas revistas científicas nacionais”, na qual palestraram a professora Cláudia Lúcia de Moraes Forjaz (USP), à época coordenadora adjunta da Área 21 da Capes; e o Abel Packer, diretor do Programa Scielo/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Na última parte do evento, dedicada às discussões entre editores e demais interessados em políticas editoriais sobre o contexto da época, iniciamos a preparação da redação de um documento que chamamos de Carta de Porto Alegre (FÓRUM, 2019).

Nessa carta, cujo redator responsável foi o professor Edison de Jesus Manoel, destacamos quatro itens: (1) retomada do financiamento público para manutenção das revistas;

(2) valorização da Língua Portuguesa no processo de divulgação científica; (3) formação editorial para avançar o periodismo científico com qualidade; (4) valorização da diversidade dos periódicos dentro da área de Educação Física. Neste documento, mais uma vez, criticamos de modo mais contundente o uso de métricas produzidas por empresas multinacionais que reforçam “[...] a distinção pejorativa entre ciências naturais e humanas que só tem a obstruir o desenvolvimento científico amplo e diverso.” (FÓRUM, 2019, p. 4). Como naquele ano já havia rumores sobre o lançamento do Qualis único, inclusive com vazamento de uma lista que apontava para uma desvalorização ainda maior das revistas brasileiras, fizemos um importante alerta:

Se uma mensagem pontual pode ser levantada dos debates do Fórum é a de que a educação física e toda a Área 21 deveria cuidar para que na avaliação de sua produção em periódicos levassem em conta que o anúncio recente de um sistema único de classificação de periódicos no Qualis referência terá o efeito de rebaixar os periódicos nacionais e de áreas não afeitas às ciências naturais. Embora não se afirme, há um sentido oculto de que esse “novo” Qualis projetará uma nova realidade de qualidade entre as áreas ao tornar fatores de impacto em indicadores, e esses se tornarem a avaliação em si. Os efeitos a médio prazo são deveras preocupantes. Há o risco do esvaziamento dos periódicos nacionais na medida em que os docentes e pesquisadores se verão obrigados a investir na publicação de seus trabalhos em periódicos internacionais e fora, senão distantes, da área. A provável redução do número de periódicos nacionais irá contrastar com o movimento de ampliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação com a reconhecimento de novos programas. Com isso poderá haver o represamento das produções de docentes e estudantes dos programas, provocando e acirrando a busca pelos periódicos predatórios. (FÓRUM, 2019, p. 5).

Infelizmente, esta previsão dos editores signatários da Carta de Porto Alegre veio a se confirmar e, apesar dos reiterados apelos, uma avaliação mais equânime entre as subáreas da Educação Física não se materializou, muito pelo contrário, como foi possível notar com o lançamento da portaria 145, de 10 de setembro de 2021, assinada pela então presidente da CAPES, Claudia Mansani Queda de Toledo. Este documento trouxe um conjunto de informações desconexas entre si, típicas de quem não entedia nada do assunto, o que não deixava de ser coerente com o que ocorria nas demais esferas do governo federal à época. Apesar da fragilidade do conteúdo, e da brevidade da sua vigência<sup>5</sup>, naquela portaria já se vislumbrava os contornos do Qualis único baseados nos valores de percentis gerados automaticamente pela SJR da Scopus ou pelo JCR da WoS como critérios para distribuição das revistas nos

---

<sup>5</sup> Depois de muita pressão, a Portaria GAB N° 213, de 15 de dezembro de 2021, também assinada por Claudia Mansani Queda de Toledo, revogou a Portaria 145, de 10 de setembro de 2021.

estratos, bem como o esboço de definição das áreas preponderantes, que passou a ser tratada como “área mãe”.

Apesar da negativa dos representantes da CAPES sobre a veracidade das notícias que circulavam a respeito do Qualis Periódicos, não restava dúvida de que o molde sobre o qual as definições que estavam por vir levariam, e dessa vez de forma mais profunda, à desvalorização das revistas brasileiras de Educação Física vinculadas às subáreas sociocultural e pedagógica. Tanto pela utilização dos percentis extraídos das bases de dados internacionais, que tendem a privilegiar as revistas que publicam majoritariamente em língua inglesa, e que lá estão indexadas há mais tempo, quanto pelo ranqueamento de revistas pelo critério da área “mãe”, abriríamos um fosso ainda maior entre as subáreas. Adicionalmente, não é difícil imaginar que, uma vez implantada essa sistemática, algumas revistas da área da Educação, por exemplo, para não correrem o risco de mudarem de “área mãe” no processo de avaliação, poderiam começar a restringir a submissão de artigos de autores provenientes da área 21, ou de qualquer outra área. Isso produziria uma distorção da avaliação ainda mais grave com consequências imprevisíveis na cadeia brasileira de produção científica.

Pelo menos, desde 2008, ano que tomei como referência para a retrospectiva aqui apresentada, tenho notado que o Qualis muda para seguir firme no mesmo lugar. E a cada nova atualização dos critérios, somos obrigados a trazer de volta argumentos que já deveriam fazer parte do passado. A sensação é de que, assim como Phill, o repórter do filme *Groundhog Day*, ainda estamos presos nesse feitiço do tempo. E daí não saímos porque os efeitos dessa avaliação enviesada têm sido, com raríssimas exceções, prejudiciais não só para as revistas que veiculam, majoritariamente, a produção proveniente das subáreas sociocultural e pedagógica, mas também para as revistas nacionais de todas as áreas do conhecimento, algo que está fartamente disponível na literatura sobre o tema.

Por mais que as revistas brasileiras consigam galgar alguns espaços importantes no cenário internacional, como é o caso da indexação da Movimento no JCR/SSCI da WoS em 2010, nunca o feito alcançado é suficiente, o sarrafo segue sempre subindo. Isso indica que o pano de fundo que sustenta essa eterna reprise não é o ranqueamento em si, e sim o preconceito estrutural com a produção sociocultural e pedagógica subjacente aos critérios de composição dos estratos dentro do Qualis.

Em um texto intitulado “Negacionismo Endógeno no jogo acadêmico da Educação Física”, publicado em 2022 na revista *Motrivivência*, desenvolvo o conceito de negacionismo endógeno para dar visibilidade a um tipo específico de negacionismo científico cultivado

dentro do próprio campo acadêmico, que busca deslegitimar internamente pesquisas qualitativas produzidas com referência nas Humanidades.

A estratégia argumentativa que empreguei nesse texto, originalmente produzido para dois eventos da área no ano de 2021, foi a de apresentar uma breve retrospectiva histórica sobre o surgimento do negacionismo vulgar para mostrar como é aviltante ser atacado por quem pouco ou nada entende do campo de estudo ao qual estamos vinculados. Usei como exemplo o caso emblemático de Andrew Wakefield, considerado ícone do movimento anti-vacinação ao redor do mundo, que se notabilizou pela publicação de um artigo falso na *The Lancet* (WAKEFIELD, 1998), uma das revistas com mais alto escore no JCR da WoS.

Trouxe também, naquele mesmo texto, as contribuições de Pascal Diethelm e Martin Mckee (2009) no processo de identificação de um negacionista. Eles destacam cinco características principais: (1) identificação de conspirações; (2) uso de falsos experts; (3) seletividade na escolha de artigos; (4) proposição de termos de comparação inaplicáveis; (5) uso de deturpações ou falácias lógicas. Na sequência, apliquei as recomendações de Diethelm e Mckee (2009) para identificar negacionistas endógenos, destacando casos de fraude acadêmica praticadas, deliberadamente, contra revistas das Ciências Sociais e Humanas como estratégia intencional de desacreditação da área como um todo. Em uma das passagens, destaquei o seguinte:

É interessante notar que casos de fraude têm sido observados em todas as áreas, e nas mais diferentes revistas; das mais às menos reputadas, como bem demonstra o caso do artigo de Andrew Wakefield (1998), publicado na revista científica *Lancet*. Contudo, quando casos assim são detectados nas Ciências Biológicas ou da Saúde, geralmente são tratados de forma individualizada, como uma falha localizada do sistema de avaliação, um ponto fora da curva, enquanto no caso das Ciências Sociais e Humanas, são tratados como um problema inerente à área de conhecimento. (FRAGA, 2022, p. 9).

De modo mais pontual, analisei nesse texto a abjeção ao termo “práticas corporais” como um exemplo de negacionismo endógeno praticado dentro da nossa própria área, que teima em posicionar a produção das subáreas sociocultural e pedagógica em um lugar subalterno. Finalizei afirmando que a saída para os negacionismos de toda a ordem é a desconstrução da retórica da ignorância por meio de um sólido processo de formação editorial, que consiga fazer com que os estudantes não apenas superem preconceitos, mas também valorizem a pluralidade epistêmica como um patrimônio da Educação Física (FRAGA, 2022).

Para encerrar minha participação nessa mesa, gostaria de sublinhar que só será possível alterar o rumo dessa interminável reprise se reconhecermos que o *Qualis Periódicos*,

especialmente do modo como é concebido na área 21, é uma das molas propulsoras do negacionismo endógeno, pois se vale de métricas que posicionam, reiteradamente, a produção proveniente das subáreas sociocultural e pedagógica como uma literatura menor, não merecedora do mesmo estatuto científico da produção proveniente da subárea biodinâmica, algo que, portanto, é muito mais profundo do que a inserção/exclusão desse ou daquele periódico nos estratos A ou B.

Então, basicamente era isso, colegas! Fico à disposição para seguirmos a conversa em outros momentos e peço desculpas por ter passado um pouco do tempo. Obrigado!

## Referências

DIETHELM, P.; MCKEE, M. Denialism: what is it and how should scientists respond? **The European Journal of Public Health**, v. 19, n. 1, p. 2-4, 2009.

DONNELLY, P.; FRAGA, A. B.; AISENSTEIN, A. For a Public Sociology of Sport in the Americas: an editorial call on behalf of a socially engaged scholarship on Sport and Physical Education. **Movimento**, v. 20, p. 09-20, 2014.

FÓRUM DE EDITORES DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Carta de Porto Alegre**. Porto Alegre: CBCE/FNEPCEF, 2019. Disponível em: <https://sfp.short.gy/BfTaCW>. Acesso em: 21 fev. 2021.

FRAGA, A. B. Negacionismo endógeno no jogo acadêmico da Educação Física. **Motrivência**, v. 34, n. 65, 2022.

LOVISOLO, H. R. “Levantando o sarrafo ou dando tiro no pé”: critérios de avaliação e Qualis das pós-graduações em Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, n. 1, 2007.

RODACKI, A. L.; GUIRRO, R. R. J.; KESKE-SOARES, M.; MALFITANO, A. P. S.; NOVAES, B. C. A. C.; CORREA, J. C. F.; MARQUES M. B.; TAVARES DA SILVA, O. G.; HALLAL, P. R. C.; MATTIELLO, S. M.; FONSECA, S. T. da. **Critérios de classificação Qualis área 21-Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional**. , 2015. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/CRITRIOS\\_DE\\_CLASSIFICAO\\_QUALIS\\_EDUCAO\\_FSICA.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/CRITRIOS_DE_CLASSIFICAO_QUALIS_EDUCAO_FSICA.pdf). Acesso em: 2 abr. 2023.

STIGGER, M. P.; FRAGA, A. B.; MOLINA NETO, V. Os editoriais contam histórias: experiências do ofício de editor na Revista Movimento. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 4, p. 790-801, 2014.

WAKEFIELD, A. J. *et al.* Retracted: Ileal-lymphoid-nodular hyperplasia, non-specific colitis, and pervasive developmental disorder in children. **Lancet**, v. 351, p. 637-41, 1998.